



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAJUBA/MG

Município: ITAJUBÁ/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	5
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	13
VII - CONCLUSÃO	13
VIII - FOLHA DE ASSINATURA	15
IX - ANEXOS	16





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada eixo COVID-19

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAJUBA/MG

CPF/CNPJ: 18.025.940/0001-09

Município/UF: ITAJUBÁ-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAJUBA/MG

CPF/CNPJ: 18.025.940/0001-09

Município/UF: ITAJUBÁ/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Gestão

Abrangência: Março/2020 a Julho/2021

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	21/06/2021	19/08/2021
Execução - In loco	30/08/2021	03/09/2021
Relatório	30/08/2021	31/03/2022
Execução - In loco	21/02/2022	25/02/2022

Tarefa Nº: 131193

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

III - INTRODUÇÃO

1- FATOR DESENCADEANTE

Auditoria Programada do Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria - CEA/SUS-MG - exercício de 2021, com foco na verificação da adequação do recebimento e/ou da execução dos recursos, bem como nas ações e serviços prestados ao usuário do SUS no enfrentamento da COVID-19.

2- OBJETIVO E ESCOPO

Realizar auditoria programada Secretaria Municipal de Saúde de Itajubá, tendo como unidade visitada o Hospital de Clínicas de Itajubá -



AISI, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações financeiras e a regularidade das ações assistenciais prestadas pelas respectivas unidades no enfrentamento da COVID-19, no período de março/2020 a maio/2021

3- CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE AUDITORIA

O município de Itajubá, pertence a Macrorregião de Saúde Sul e Microrregião de Pouso Alegre. O município possui população estimada de 97.782 pessoas (IBGE – 2021) e está habilitado em gestão sobre seus prestadores, conforme Deliberação CIB SUS/MG N° 2139 de 17 de junho de 2015. Segundo o Plano de Contingência da Macrorregião, o município de Itajubá tem como prestadores referências para SRAG de 1ª prioridade o Hospital de Clínicas AISI e 2ª prioridade a Santa Casa de Misericórdia de Itajubá.

A unidade visitada foi o Hospital de Clínicas de Itajubá-AISI. O Hospital recebe pacientes para atendimento COVID-19 em seu Pronto Socorro de Síndromes Respiratórias e COVID -19 e também pacientes regulados via SUSfácil (referenciados da própria entidade e por outros prestadores e/ou municípios), para os leitos de UTI-SRAG, LSV e enfermaria. No período de abrangência (março/2020 a julho/2021) o Hospital de Clínicas-AISI disponibilizou leitos para enfrentamento ao COVID-19 conforme descrito no ANEXO 05 desse Relatório. O Hospital de Clínicas-AISI foi contemplado com o incentivo pela disponibilização de leitos COVID-19, no período de abrangência dessa auditoria, por meio das Resoluções: N° 7295 de 13/11/2020, N° 7357 de 23/12/2020, N.º 7384 de 29/01/2021, N.º 7395 de 09/02/2021, N.º 7396 de 09/02/2021, N.º 7446 de 19/03/2021, N.º 7479 de 16/04/2021. Durante o período auditado, não houve comprovação de que o município tenha realizado a aquisição de materiais/insumos/medicamentos destinados ao Hospital AISI.

IV - METODOLOGIA

FASE ANALÍTICA

- Estudo do Manual de Procedimentos Analíticos do CEA/SUS-MG, do Plano de Contingência relativo à Macro Sul e do Instrutivo de Fundo Municipal de Saúde, ajustando-se às ações relacionadas com o enfrentamento da COVID-19.
- Levantamento e estudo de Resoluções, Portarias e demais Normativas referentes ao Município de Itajubá e às ações de enfrentamento da COVID 19;
- Levantamento de dados, informações e documentos com as áreas técnicas da SES, da SRS de Pouso Alegre e da Central de Regulação;
- Levantamento de informações de recursos financeiros repassados ao Hospital de Clínicas Itajubá (AISI – Associação de Integração Social de Itajubá) nos sites do FNS e FES e FMS;
- Pesquisa no Portal da Transparência do Estado de MG e Portal da Transparência do Município de Itajubá;
- Pesquisa no site da Receita Federal;
- Pesquisas de dados no SCNES do Hospital de Clínicas Itajubá -AISÍ ,para levantamento de informações da unidade auditada;
- Pesquisa de dados no site do CAGEC;
- Pesquisa de dados no site do IBGE;
- Reunião por videoconferência com a AUDSUS/SES para alinhamento da auditoria;

FASE OPERATIVA

- Reunião de apresentação da equipe de auditoria na SMS. Esclarecimentos dos trabalhos de auditoria a serem realizados durante a fase operativa;
- Recebimento e conferência da documentação contábil solicitada para análise in loco;
- Análise dos processos licitatórios, e toda documentação disponível, verificação patrimonial-conferência;
- Esclarecimentos do funcionamento do SCRA no enfrentamento da pandemia de COVID 19, com a Diretora do Departamento de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria. Termo de auditoria da Sra R.F.E. em 03/09/2021;
- Análise financeira e entendimentos com o setor de prestação de contas;
- Reunião com a responsável pela alimentação do CNES, Sra C.S.D.M., para esclarecimentos quanto ao quadro de profissionais, equipamentos e número de leitos SRAG-COVID-19. Realizado o Termo de Informação em 01/09/2021;
- Esclarecimentos quanto as ações do núcleo de Vigilância Epidemiológica. Termo de Informação com a responsável pelo setor, Sra E.Q.C., em 03/09/2021
- Reunião com a equipe do SCRA, o secretário municipal de saúde e o presidente do Conselho Municipal de Saúde para



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



esclarecimentos e alinhamentos;

-Visita à unidade auditada (AISI) para verificação da compatibilidade de leitos/CNES/Resoluções e equipamentos/patrimônios/notas fiscais;

- Resolução das pendências e esclarecimentos finais nos setores afins;

- Reunião de encerramento;

- Efetuado o Termo de Auditoria com as devidas orientações quanto aos trâmites do processo de auditoria.

- Elaborado o Anexo 01 - Analisadas as transferências de recursos para enfrentamento à COVID-19 pelo FMS de Varginha ao Hospital de Clínicas-AISI;

- Elaborado o Anexo 02- Analisadas as transferências de recursos para enfrentamento à COVID-19 pelo FES ao Hospital de Clínicas-Aisi;

-Foi preenchido/avaliado o anexo 05 -Leitos UTI-SUS Adulto para enfrentamento da COVID-19 nos Planos de Contingência para o Hospital

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 638249

Subgrupo: Contrato

Item: Recebimento de Recurso Financeiro

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Itajubá celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital AISI para o repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e ou Municipal) referentes ao enfrentamento da COVID-19 e destinados às ações de média e alta complexidade de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.

Evidência: Vide Anexo da Constatação 638249.

Fonte da Evidência: -Termo de Contratualização 070/2015 e 13º a 18º Termos de Aditamento;

-Termo de Contratualização 075/2020 e 1º Termo de Aditamento;

-Termos Aditivados descritos;

-Plano de Trabalho, anexo I - Decreto Municipal 4175/10;

-Oitiva gestor N.C.V.B. datada de 03/09/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 666689

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Registros Contábeis

Constatação: A SMS aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FES para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital AISI.

Evidência: Em análise documental foi constatado que todos os recursos repassados pela Secretaria Municipal de Saúde para o Hospital de Clínicas/AISI, foram através de processo de pagamento. Os processos são montados com a Nota de Empenho, cópia do instrumento jurídico firmado, Orçamento dos produtos, Nota Fiscal, Extrato da Publicação do Termo Jurídico, cópia da Transferência eletrônica. No período de abrangência da auditoria, verificou-se que a SMS realizou os repasses de recursos financeiros estaduais referente ao enfrentamento da COVID-19 ao Hospital e Decretos Municipais com respectivos Planos de Trabalho. Verificou-se também que em cada Plano de Trabalho existia o prazo definido para que o Hospital apresentasse a Prestação de Contas do uso do recurso financeiro que era de 12 meses a partir da data de recebimento. Efetuou o repasse dos recursos provenientes do Fundo Estadual de Saúde seguindo as Resoluções Estaduais que trazem em seu íterim o prazo de 12 meses contado da data do recebimento dos recursos financeiros para a execução dos mesmos. Portanto, constatou-se que a SMS de Itajubá aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FES para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital AISI, conforme detalhado no ANEXO 1 deste Relatório. Tal fato está de acordo com: Lei Federal nº4.320/1964, art. 63 §2º inciso I, II e III; Instrução Normativa TCE/MG nº 19 art. 10, inciso I ao VI §1º e 2º; Lei Federal nº 8.666/93 artigos 24 e 25, Decreto Federal 10360/ 2020; MEDIDA PROVISÓRIA Nº 961, DE 6 DE MAIO DE 2020. Emenda Constitucional nº 106 de 06 de maio de 2020; Lei 8.666/1993, art. 55, 56 e 57, art.60.

Fonte da Evidência: - BO do período auditado - fonte DCF/SES/MG;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Extratos bancários das contas específicas
- Notas fiscais;
- Relatórios de atividades e serviços efetuados pelas contas específicas, referentes à movimentação de recursos financeiros recebidos pelo SUS para enfrentamento da COVID-19 no período auditado;
- Razões de banco e extratos das contas correntes do FMS.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 638275

Subgrupo: Convênios

Item: Comprovação de despesas

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Itajubá aplicou adequadamente os recursos próprios para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital de Clínicas-AISI.

Evidência: Em análise documental (notas de empenho, termo de convênio), a Secretaria Municipal de Itajubá comprovou que os recursos financeiros municipais foram aplicados dentro das normas previstas nos instrumentos jurídicos firmados com o Hospital de Clínica-AISI. A SMS de Itajubá firmou o Termo de Convênio N.º 001/2020, cujo o objeto é a cessão de recursos para aquisição de equipamentos hospitalares relacionados no anexo I, destinados à montagem em regime de urgência de leitos de internação para atendimento de pacientes acometidos da pandemia do COVID - 19.

Tal fato está de acordo com Portaria de Consolidação N.º 06/2017 Art. 2º; Decreto Estadual nº 45.468/2010. Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal 13.979 de 2020 e Decreto Federal 10.360/2020. Medida provisória Nº 961, de 6 de maio de 2020. Emenda Constitucional nº 106 de 06 de maio de 2020.

Fonte da Evidência: -Nota de empenho n.º 3548/2020-001
-Nota de empenho n.º 3731/2020-001
-Plano de Trabalho, anexo I - Decreto Municipal 4175/10;

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 638475

Subgrupo: Contrato

Item: Prestação de Contas

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Itajubá aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do Fundo Nacional de Saúde para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital de Clínicas-AISI.

Evidência: Em análise documental (contratos, prestação de contas dos contratos, extratos bancários), a Secretaria Municipal de Saúde de Itajubá comprovou que aplicou os Recursos Financeiros Federais dentro das normas previstas nos instrumentos jurídicos firmados com o Hospital de Clínicas-AISI. A SMS de Itajubá firmou o Contrato de Prestação de Serviços Complementares de Saúde N.º 070/2015 (13º a 18º Aditivos) e N.º 075/2020, cujo o objeto é a prestação de serviços e a implantação e estruturação de leitos de retaguarda - Covid - 19, visando a abertura de leitos de internação de baixa e média complexidades para pacientes suspeitos e/ou com diagnóstico confirmado do Corona vírus - Covid -19.

Foram apresentadas as prestações de contas, e em análise à documentação foi constatado que os processos de compras e prestações de serviços foram realizados, considerando os requisitos estabelecidos, com a apresentação dos orçamentos e respeitando as aquisições ou prestações de serviços das empresas e fornecedores que apresentaram as melhores propostas e oportunidades. Tal fato está de acordo com Portaria N.º 1.666, de 1º de julho de 2020, Portaria GM/MS N.º 1393/2020, Art. 1º, 2º e 4º, § 1º, Anexo, Portaria GM/MS N.º 1448/2020, Art 1º § 1º e 2º, anexo, Contrato N.º 075/2020 (1º a 20º Termos Aditivos), Contrato N.º 070/2015 (18º Termo Aditivo).

Fonte da Evidência: -Contrato n.º 070/2015 (13º a 18º Termos Aditivos);
- Contrato n.º 075/2020 (1ª a 20º Termo Aditivo);
-Prestação de Contas PT.MS 480, aprovado pelo CMS (29824109),
-Extratos Bancários C/C Unicred conta 08172-8 (abril a novembro 2020);



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Protocolo Prestação de Contas de 14/12/2020
- Prestação de Contas PTMS 774;
- Extratos bancários conta Unicred 08174-4

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 645305

Subgrupo: Contrato

Item: Recebimento de Recurso Financeiro

Constatação: A SMS de Itajubá realiza acompanhamento da execução do(s) instrumento(s) jurídico(s) firmado(s) com o Hospital AISI, para enfrentamento da COVID -19

Evidência: Verificada documentação apresentada no Portal da Prefeitura, contendo Boletins diários, relatórios de ocupação, bem como informações dos recursos alocados para estes fins ao Hospital AISI. Foi demonstrado pelos responsáveis pelos registros contábeis R.F. E. e W.C.E. planilhas e documentos relativos a cada recurso recebido e repassado, que demonstram que a SMS acompanha e fiscaliza a execução das ações previstas nos instrumentos jurídicos firmados com o prestador. Foram analisadas as respectivas informações registradas com o Responsável pelo acompanhamento bem como com gestor, que respondeu pontualmente com números e dados compatíveis. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, art.33 e Capítulo III, Seção VII, art. 37; Resolução CIT nº04/2012, Anexo I item 4.1 alínea n.

Fonte da Evidência: -Portal da Prefeitura Municipal de Itajubá - Boletim epidemiológico / Print 28/0/2021;
-Ata de Reunião semanal (toda segunda-feira) do Comitê Deliberativo do Covid-19 com participação do Gestor e Representante do AISI;
-Cópia do Boletim de Ocupação da Unidade Respiratória - HCI (AIS);
-Termos de Informação de E.Q.C. em 03/09/2021;
-Termo de Informação de R.F.E. e W.C.E., em 03/09/2021;
-Oitiva Gestor N.C.V.B. em 03/09/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 645303

Subgrupo: Contrato

Item: Prestação de Contas

Constatação: A SMS valida os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do HOSPITAL AISI, conforme estabelecido no instrumentos jurídicos firmados: Contratos 070/2015 e 075/2021 e normas que regulamentam os repasses.

Evidência: Verificada existência de acompanhamento e de validação pela SMS dos processos de prestação de Contas (parcial e/ou total) do período de abrangência da auditoria apresentados pelo hospital AISI nos protocolos de entrega das Prestações de Contas (em 14.12.2020), referente aos recursos para enfrentamento da COVID 19 nas ações de média e alta complexidade. Em oitiva com gestor municipal foi informado que o primeiro recurso recebido por meio do Estado foi com a Deliberação 3.180/2020 e Portaria 480/2020 e a gestão dos recurso é feito considerando o plano de trabalho da Instituição e equipe da SMS, que realiza a fiscalização sobre a execução dos serviços com auditorias via Regulação, prestação de contas.

Tal fato está de acordo com Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, artigo 10 inciso I e II; Resolução SES/MG nº 4.606/2014 art. 6º §5º. Decreto Estadual nº 45.468/2010. Resolução SES/MG nº 7094, 29 de abril de 2020; 18º T.A. ao Contrato 070/2021; Decreto Municipal nº7801 de memo 1233.2020 - SEMSA.

Fonte da Evidência: - Contrato 070/2015 e Contrato 075/2021, e respectivos termos aditivos;
-Decreto Municipal de Calamidade pública nº 7801;
-Memo nº1233/2020-SEMSA;
-Prestação de Contas da PT 480/2020;
-Ofício 35/2020;
-Prestação de Contas da PT 774/2020;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



-Extrato bancário conta Unicred 08174-4;

-Oitiva Gestor em 03/09/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 645452

Subgrupo: Plano de Saúde

Item: Aprovado pelo Conselho

Constatação: A SMS de Itajubá promoveu os ajustes no PMS e na PAS inserindo às ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e os submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Foram apresentados e verificados: Plano Municipal de Saúde (2017-2020-PMS) e Programação Anual de Saúde 2020 (PAS), comprovando que a SMS de Itajubá promoveu os ajustes necessários de modo a contemplar as ações/metabolismos e recursos financeiros referentes ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19. Verificou-se que estes instrumentos foram submetidos à aprovação do CMS. Tal fato está de acordo com Portaria de Consolidação nº01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 96, §3º inciso I critérios a, b, c, d, e, f, g, incisos II e III e § 7º; NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3.

Fonte da Evidência: - Plano Municipal de Saúde (2017-2020) (PMS).

- Programação Anual de Saúde 2020 (PAS).

- Ata da Audiência Pública de Prestação de Contas da SMS de 21/07/2021;

- ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMSI DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 645451

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Comprovação de despesas

Constatação: A SMS de Itajubá apresentou os RDQAs ao Conselho Municipal de Saúde e à Câmara de Vereadores contemplando as informações referentes ao enfrentamento da Covid 19.

Evidência: Foram apresentados RDQAs 2020 com as referidas metas e ações que serão apresentadas posteriormente no RAG 2020 e constam nos RDQA de 2020, nos quais são indicadas as ações realizadas em relação à COVID 19, em adequação e ajustes necessários aos seus instrumentos de planejamento. Verificado registros da apresentação do RDQAs à Câmara de Vereadores pela Comissão de Saúde, Assistência e Promoção Social em Audiência Pública, conforme ata datada de 21/07/2021. Verificado, no último RDQA elaborado no período, a prestação de contas de metas e ações referentes ao enfrentamento da COVID 19. Tal fato está de acordo com Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV art. 100 incisos I, II, III; NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3.

Fonte da Evidência: - Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) 2020;

- Ata da Audiência Pública de Prestação de Contas da SMS de 21/07/2021;

- ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMSI DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020;

- Registro da apresentação dos RDQAs para a Câmara de Vereadores do período auditado.

- Resolução Nº006/CMSI/2021 - Aprova o Relatório do Terceiro Quadrimestre de 2020.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 645498

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento RAG

Item: Aprovado pelo Conselho

Constatação: O RAG 2020 contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

Evidência: Verificado Relatório de Gestão 2020 onde constam as ações realizadas e as prestações de contas referentes à execução dos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia de COVID-19. A aprovação do RAG 2020 no CMS foi registrada



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Através de Resolução Conselho Municipal de Saúde- Nº 004/2021, assinada pelo Presidente CMS e Gestor SMS em 07/04/2021. Tal fato está de acordo com o § 4º do art. 33 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; Lei Federal nº 8.142/90, Art. 4º, inciso IV; Lei Complementar nº141/2012 art. 31 inciso II art. 36 §1º e art. 39 §4º; . Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV, Capítulo I, art. 99 §1º incisos I a IV; Decreto Federal nº 10.360/2020 art. 1º incisos I, II e III.

Fonte da Evidência: -Relatório Anual de Gestão 2020 (RAG);

- Aprovação do RAG 2020 pelo Conselho Municipal de Saúde por meio da Resolução Nº004/CMSI em 07/04/2021;

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 645541

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: A SMS de Itajubá não promoveu a devida alteração/complementação na LDO para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

Evidência: Em análise à documentação apresentada pela SMS de Itajubá, foi verificada complementação constante na LDO, porém, não foram identificadas as ações, programas e despesas relacionadas ao enfrentamento da Pandemia de Covid-19. Portanto, não foi possível comprovar que a SMS de Itajubá tenha providenciado a adequada aprovação e publicação de alteração/complementação da LDO. Tal fato está em desacordo com: Decreto Federal nº10.360/2020 art. 1º incisos I, II e III; INSTRUÇÃO Normativa Nº 41/2020 ART. 2º incisos I, II alíneas a, b, c e inciso III.

Fonte da Evidência: - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2020;

- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2021;

- Termo de informação registrada com o gestor municipal.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício nº. 458/2023/SEMSA de 01/09/2023, N.C.V.B., pessoa física e representante da Pessoa Jurídica da Secretaria Municipal de Saúde, foi notificado e encaminhou as seguintes manifestações:

Inicialmente, cabe informar que a Secretaria Municipal de Saúde atuou arduamente no combate de enfrentamento ao COVID 19. A pandemia causada pelo coronavírus gerou desafios para administração pública.

Diante da peculiar pandemia, onde houve consequências nefastas, gerando expressivo temor em todo o mundo, também afetaram sobremaneira a atuação da administração pública. Contudo, a Secretaria de Saúde empregou com todos os meios necessários ao enfrentamento a covid-19. Foram executados todos os recursos, ações e programas destinados ao combate.

Naquele cenário de grande instabilidade, em meios a portarias, medidas provisórias, resoluções, notas técnicas, tanto diversos decretos, de âmbito federal quanto estadual, criados a todo o momento, com a finalidade de adequação por partes dos entes públicos ante o enfrentamento da covid-19, o Município fielmente as orientações advindas do ente federal e estadual. Observa-se que com intuito de cumprimento das de Itajubá cumpriu disposições legais vigentes, dentre elas a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município publicou Decreto nº7810 de 09 de Abril de 2020, onde - incluiu a Fonte de Destinação de Recursos:154 -Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferência Fundo a Fundo, autoriza abertura de Crédito Extraordinário ao Orçamento do Exercício Vigente e dá outras providências. No presente Decreto constou Projeto/Atividade -Ações de Enfrentamento da Emergência do Novo Coronavírus - COVID 19. Após foi publicado o Decreto nº7811 de 09 de abril de 2020, onde determinou a abertura crédito extraordinário destinado ao do Novo COVID-19.atendimento das Ações de Enfrentamento de Emergência. Deste modo, mesmo com toda adversidade enfrentada pelos servidores da Secretaria de Saúde de Itajubá com contínuas e aceleradas mudanças de realidades, em dias de enfrentamento à pandemia, houve todo empenho, lealdade e probidade de modo a executar as ações, pandemia de Covid-19 e programas e despesas referentes ao enfrentamento.

Análise da Justificativa: Considerando a tempestividade da justificativa e relacionando com as outras ferramentas dos Instrumentos de Gestão estarem em conformidade a equipe considerou acatar parcialmente a justificativa.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11.433.888/0001-72

Recomendação: Realizar monitoramento e atualização tempestiva dos Instrumentos de Gestão no que diz respeito à regulação, auditoria e controle interno, conforme determina a legislação para os municípios que assumiram a de gestão plena de seus prestadores, conforme Decreto Federal nº10.360/2020 art. 1º incisos I, II e III; INSTRUÇÃO Normativa Nº 41/2020 ART. 2º incisos I, II alíneas a, b, c e inciso III.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11 433.888/0001-72

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 645674

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A SMS de Itajubá realiza parcialmente o acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19.

Evidência: O município de Itajubá conta com um núcleo de Vigilância Epidemiológica dentro do Hospital de Clínicas-AISI. Esse núcleo é responsável pelo preenchimento das fichas dos usuários atendidos no Pronto Atendimento de Síndromes Respiratórias e pela notificação de pacientes encaminhados à Unidade Respiratória COVID, com casos suspeitos ou confirmados. É também responsável pela elaboração da planilha encaminhada diariamente ao Núcleo de Vigilância Epidemiológica da SMS, contendo: dados pessoais, município de origem, resultado de exame, óbito e ocupação de leito (UTI, suporte ventilatório ou enfermaria). Através dessas informações é elaborado o Boletim Diário COVID-19 para divulgação à população. A SMS monitora a ocupação de leitos COVID através da Central de Regulação de Alfenas pelo SUSFácil, e das planilhas de ocupação e notificação enviadas pela AISI. O médico regulador do município Dr. L.M.R. através do Termo de Informação, em 31 de agosto de 2021, confirmou esse processo. Foi realizada pelos auditores uma correlação com as Deliberações CIB SUS de disponibilização dos leitos de UTI COVID adulto, juntamente com o censo fornecido pela AISI e as negativas de internações UTI adulto no SUSFácil-MG do mesmo período (março e abril/2021), e constatado que ocorreram negativas de leitos para UTI COVID adulto havendo leitos disponíveis e também leitos SUS sendo ocupados por pacientes de convênio ou modo particular, demonstrando assim ineficácia no monitoramento da ocupação de leitos pela Secretaria Municipal de Saúde. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação N.º 02/2017, Anexo XXIV Art.10º, Inciso I e Anexo XXIV, Capítulo I, Art.5º, Inciso II; Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doenças pelo Coronavírus-COVID-19) da Macrorregião SUL-item V. Sistema de Apoio - V-1. Papéis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório- Gestores municipais itens II, III e IV.

Fonte da Evidência:

- Relatórios CNES competência: abril/2020 a junho/2021;
- Anexo 5 (quantitativo de leitos SUS -COVID 19, segundo Deliberações CIBSUS/MG);
- Anexo 07 (Negativas de leitos/SUSFácil de UTI COVID adulto x censo hospitalar);
- Boletim Diário Informativo COVID- datado de 28/08/2021;
- Planilha de Ocupação de Leitos na Unidade Respiratória- dados de 01/08/2021;
- Planilha de controle de ocupação e notificação AISI/SMS referentes ao período de janeiro a maio/2021;
- Planilhas de AIHs aprovadas COVID -código 0303010223, produzida pela SMS;
- Termo de Informação do médico regulador da SMS (L.M.R.) em 32/08/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício nº. 458/2023/SEMSA de 01/09/2023, Nilo César do Vale Baracho pessoa física e representante da Pessoa Jurídica da Secretaria Municipal de Saúde, foi notificado e encaminhou as seguintes manifestações:



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



O Município de Itajubá dentro do Plano Operativo de Contingência Macrorregional - Microrregião Itajubá, possui dois hospitais como referência SRAG, sendo o Hospital de Clínicas de Itajubá como 1ª prioridade e a Santa Casa de Misericórdia de Itajubá como segunda prioridade, sendo escolhidos, nesta ordem, pelo Estado de Minas Gerais, conforme capacidade técnica.

Ao se habilitar um leito de UTI (COVID ou comum), após a publicação da portaria o estabelecimento faz a solicitação de inserção no CNES, por meio de fichas de inclusão. Posteriormente, com o leito ativado, o sistema SUSFácil o inclui, automaticamente, no mapa de leitos e o sinaliza como disponível.

O departamento de regulação realiza auditoria mensal que dentre outras questões analisa a produção pós fixada do contrato MAC para procedimentos de alta complexidade e consequentemente possuía acesso aos prontuários e documentos dos pacientes internados, inclusive na ala COVID.

Conforme relatório extraído do sistema SUSFácil não houve negativa de leitos COVID no período citado (março e abril de 2021).

Sendo só o que se apresenta para o momento, renovamos-lhes nossos protestos de elevada estima e consideração

Análise da Justificativa: A SMS informa ter realizado o acompanhamento de leitos COVID-19, e que o departamento de regulação realiza auditoria mensal, com análise de produção e acesso aos prontuários, no entanto, foram apresentados como documentação comprobatória planilhas em formato excel, sem identificação de setor, data, pacientes, leitos, entre outras informações pertinentes ao monitoramento da ocupação COVID. Também não foi apresentado relatórios de visita ou auditoria de regulação no período compreendido, conforme a SMS informa. Quanto aos relatórios do SUSFácil, a equipe de auditoria realizou a investigação, baseada no período de maior número de negativas de internação para COVID-19, extraído diretamente do sistema SUSFácil, que foi confrontado com o censo hospitalar fornecido pelo AISI e com os prontuários analisados no mesmo período. Considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11.433.888/0001-72

Recomendação: Realizar monitoramento das ações desenvolvidas pelo prestador AISI, no que diz respeito à regulação e auditoria, conforme determina a legislação para os municípios que assumiram a gestão plena de seus prestadores. PT N.º 384, de 04/04/2003, ANEXO, Capítulo - III, III.1 Condições de Habilitação de Municípios e Estados, item 55, 55.1 alíneas e, i, j

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11.433.888/0001-72

Grupo: Regulação

Constatação N.º: 645679

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A SMS realiza controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pelo Hospital de Clínicas de Itajubá/AISI, no atendimento de casos da COVID-19.

Evidência: Verificado no setor de regulação, pelos auditores, e confirmado através do Termo de Informação da responsável pelo setor, Sra. R.F.E., em 03/09/2021, que a SMS de Itajubá realiza o controle e avaliação das internações hospitalares através do Departamento de Regulação, tendo como base as informações contidas nos espelhos de AIHs, que são confrontadas com as informações dos relatórios de aprovações do Sistema de Informações Hospitalares (SIH). Nos relatórios de aprovação do SIH, constam por competência, o quantitativo de leitos utilizados (UTI/suporte ventilatório e



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



enfermaria) e valor total destes. O município conta com um médico regulador/autorizador para procedimentos eletivos ambulatoriais e hospitalares. Para as internações de urgência, as análises são realizadas através do sistema SIHD2 e sua alimentação de dados, com geração da AIH e críticas do sistema. Caso seja necessário, o médico do município visita o hospital e verifica o prontuário para aprovação do pagamento. O setor de regulação recebe a produção do hospital que após análise do sistema, segue para o processamento do pagamento. Os custos do tratamento são fixos e o contrato não paga por paciente internado, mas sim por tratamento realizado. As AIHs de tratamento por COVID-19 atualmente são pagas após crítica por meio de Resoluções Estaduais de ressarcimento para a produção de coronavírus, levando em consideração o código do procedimento executado deduzindo as diárias de UTI e leitos de suporte ventilatório da referida competência. O departamento de regulação tem o controle por competência das AIHs que foram rejeitadas (glosadas) durante a crítica do SIH-RD. Nestes relatórios constam o motivo da rejeição (podendo ser falta de habilitação de leitos, de serviços ou digitação incorreta dos códigos de procedimentos). O Hospital de Clínicas também tem ciência destas AIHs rejeitadas e tem a oportunidade de reapresentá-las conforme calendário informado pela SES-MG. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Art. 10º, Inciso I e Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, Art.37; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I item 4.1 alínea n.; Contrato nº 26/2020, Cláusula oitava, Incisos IV e IX.

Fonte da Evidência: -Termo de Informação da diretora responsável pelo Departamento de Regulação, Sra. R.F.E., em 03/09/2021;
-Termo de Informação do médico regulador da SMS de Itajubá, L.M.R., em 31/08/2021;
- Emails verificados in loco, enviados pelo AISI, solicitando atualização de leitos (amostragem dia 05/03/2021);
-Relatórios CNES, competência 04/2020 a 06/2021;
-Espelhos de AIHs nas competências: 08 e 11/2020 e março, abril e junho/2021;
-Relatórios de aprovações do SIH. competências:04/2020 a 06/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 658571

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Registros Contábeis

Constatação: Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade no enfrentamento à COVID -19 destinados ao Prestador HOSPITAL AISI estão em conformidade com o instrumento jurídico formalizado e com a legislação vigente.

Evidência: Analisando a documentação financeira solicitada e disponibilizada pela Secretaria Municipal de Itajubá, verificou-se que a SMS de Itajubá formalizou os processos de pagamentos referentes às ações de média e Alta Complexidade no enfrentamento da COVID-19 destinados ao Hospital de Clínicas/AISI. A Secretaria Municipal de Saúde atuou como entidade repassadora dos recursos financeiros municipais, estaduais e federais, cabendo ao FMS de Itajubá realizar a gestão financeira dos recursos e por conseguinte formalizar os processos de pagamentos necessários para enfrentamento à COVID-19. Ficou evidenciado que as documentações apresentadas, referentes à comprovação das despesas (relatórios de atividades e/ou serviços, notas fiscais, transferências bancárias, extratos bancários, relações de pagamentos efetuados), demonstram a legalidade e regularidade na utilização dos recursos financeiros do SUS, transferidos ao Hospital, para enfrentamento da COVID 19. Tal fato está de acordo com: Portaria GM/MS N.º 1.393 de 21/05/2020, Art. 5º; Portaria GM/MS N.º 1.448 de 29/05/2020, Art. 1º e Art. 2º, Portaria de Consolidação N.º 02/2017, Anexo 2 do Anexo XXVI, Artigo 14, Instrução Normativa TCE/MG nº 19 art. 10 inciso I ao VI §1º e 2º, Lei Federal nº 8.666/93 artigos 24 e 25, Decreto Federal 10360/ 2020 e MEDIDA PROVISÓRIA Nº 961, DE 6 DE MAIO DE 2020. Emenda Constitucional nº 106 de 06 de maio de 2020.

Fonte da Evidência: -Cópias digitais dos documentos referentes à execução das Resoluções SES/MG 7.265/2020, 7.295/2020, 7.446/2021 e 7.479/2021;
-Planos de Trabalho das Resoluções;
-Relação de pagamentos efetuados;
-- Decreto Municipal Nº 4175/2020;
- Termo de informação N.C.V.B. em 03.09.2021.

Conformidade: Conforme



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 20/06/2023

Ofício Nº: 3502023

Data: 20/06/2023

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:
------	-------	--------	---------	----------

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Física

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 20/06/2023

Ofício Nº: 3492023

Data: 20/06/2023

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:
------	-------	--------	---------	----------

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Física

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 20/06/2023

Ofício Nº: 3482023

Data: 20/06/2023

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Jurídica N. C. V. B. Secretário Municipal de Saúde

VII - CONCLUSÃO

O objetivo dessa auditoria foi analisar a gestão da Secretaria Municipal de Itajubá em relação ao prestador, Hospital de Clínicas de Itajubá - AISI, definido como primeira referência para atendimento COVID-19 no Plano de Contingência Operativo da Macrorregião Sul. Avaliar ainda, a legalidade no que se refere à transferência de recursos financeiros destinados às ações de média e alta complexidade no enfrentamento da COVID-19, no período de março/2020 a maio/2021, frente ao cumprimento de monitorar, validar o acordo celebrado entre as partes por meio de contratos e convênios.

Transcorridas todas as etapas do presente processo, a equipe de auditoria concluiu que os objetivos foram alcançados. Através da análise dos documentos (extratos bancários, demonstrativos contábeis de receitas e despesas, prestações de contas), verificou-se que a SMS de Itajubá aplicou adequadamente os recursos financeiros do FMS, FES e do FNS no prestador. Houve a celebração do convênio para a concessão de subvenção pela SMS, destinada à compra de equipamentos necessários à ampliação de atendimento do hospital por meio de habilitação de 10 (dez) novos leitos. Foi apresentada a prestação de contas e certificada a utilização dos equipamentos.

Verificou-se existência de instrumentos jurídicos formalizados com o Hospital de Clínicas de Itajubá, de convênio, bem como termos aditivos, para o repasse de recursos financeiros recebidos de origem Federal e Municipal, destinados às ações de média e alta complexidade, para enfrentamento da COVID-19, de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.

Foi verificado que a Secretaria Municipal de Saúde de Itajubá celebrou instrumentos jurídicos para o repasse de recursos financeiros recebidos de origem Estadual conforme determinou a Resolução SES/MG N.º 7.461/2021 e Termo de compromisso que normatiza o repasse. Foi demonstrado a utilização do recurso e houve celebração do devido instrumento jurídico, instruindo a legalidade e regularidade na utilização dos recursos financeiros do SUS, transferidos ao Hospital para enfrentamento da COVID 19.

A SMS de Itajubá não cumpriu integralmente o controle interno principalmente por não ter utilizado devidamente os instrumentos de gestão para o monitoramento, controle e avaliação para a efetividade do sistema de saúde de forma plena. Não houve os devidos ajustes: inserindo as ações, metas e recursos financeiros para o enfrentamento da pandemia no Plano Municipal de Saúde e Programação Anual. A Secretaria também não promoveu a devida alteração/complementação na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020 identificando as ações, programas e despesas para enfrentamento da COVID-19.

A SMS realiza a avaliação da Produção de seu Prestador porém, o seu monitoramento foi falho em relação às ocupações indevidas de leitos.



A Secretaria Municipal de Itajubá deve adotar medidas no sentido de sanar as inconformidades detectadas e adequá-las à legislação vigente. Foi emitida recomendação em relação às não conformidades, que deverão ser implementadas de acordo com a legislação pertinente.

ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamento de Relatório Final de Auditoria nº 666 para conhecimento e oportunidade de interposição de recurso em 2ª Instância:

1. Ofício de Aplicação de Penalidade à Secretaria Municipal de Saúde de Itajubá (Pessoa Jurídica);

2. Ofício de Notificação ao Sr. N.C.B. (Pessoa Física).

Transcorridas todas as fases e comunicados os resultados finais do processo administrativos, poderá ser dada ciência, conforme o caso:

1. Ao Conselho Municipal de Saúde de Itajubá;

2. À Superintendência Regional de Saúde de Pouso Alegre.





VIII - FOLHA DE ASSINATURA

Equipe:

Nome

CPF





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



IX - ANEXOS

Anexo 01

ANEXO 01- Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Itajubá à AISI - Hospital de Clínicas de Itajubá no período de 01/03/2020 a 31/07/2021

SMS		INSTRUMENTOS JURÍDICOS			PAGAMENTO			HOSPITAL			
Conta bancária do FMS (ag./ conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Convênio (nº)	Empenho (nº)	Data pgto. (dd/mm/aa)	Valor repassado (R\$)	Conta do Hospital (ag./ conta)	Valor gasto (R\$)	Vigência (dd/mm/aa)	Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)
624.080-9	FNS	-	480	-	03548/2020	15/04/2020	278.526,03	8172-8	278.526,03	31/12/2020	SIM
624.080-9	FNS	-	774	-	03731/2020	24/04/2020	1.853.713,45	8174-4	1.853.713,45	31/12/2020	SIM
624.080-9	FNS	-	1393	-	04913/2020	01/06/2020	533.839,60	8180-9	533.839,60	31/12/2020	SIM
624.080-9	FNS	-	1448	-	05170/2020	10/06/2020	1.322.968,27	8182-5	1.322.968,27	31/12/2020	SIM
64389-0	FES	7097	-	-	05597/2020	30/06/2020	130.035,67	8183-3	-	31/12/2021	NÃO, EM EXECUÇÃO
624.080-9	FNS	-	1769	-	06977/2020	14/08/2020	2.736.000,00	8205-8	-	31/12/2021	NÃO, EM EXECUÇÃO (LEITOS DE UTI COVID)
624.080-9	FNS	-	827	-	07155/2020	10/09/2020	2.065,09	15127-0	2.065,09	31/12/2021	PAGO POR PRODUÇÃO
624.080-9	FNS	-	1994	-	07429/2020	31/08/2020	150.000,00	8223-6	150.000,00	31/12/2021	SIM
624.080-9	FNS	-	1666	-	07497/2020	01/09/2020	2.000.000,00	8222-2	2.000.000,00	31/12/2021	SIM
624.080-9	FNS	-	827	-	08488/2020	29/10/2020, 04/12/2020 e 18/12/2020	2.492,35	15127-0	2.492,35	31/12/2021	PAGO POR PRODUÇÃO
624.080-9	FNS	-	2643	-	08531/2020	16/10/2020	430.848,00	8252-0	430.448,00	31/12/2021	SIM



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Anexo 01

624.080-9	FNS	-	2944	-	09204/2020	10/11/2020	430.848,00	8252-0	430.848,00	31/12/2021	SIM
624.080-9	FNS	-	3089	-	09944/2020	30/11/2020	430.848,00	8252-0	430.848,00	31/12/2021	SIM
624.080-9	FNS	-	1666	-	10130/2020	09/12/2020	447.583,48	15127-0	447.583,48	31/12/2021	RESSARCIMENTO
624.080-9	FNS	-	1666	-	10396/2020	16/12/2020	428.800,00	15127-0	428.800,00	31/12/2021	RESSARCIMENTO
624.080-9	FNS	-	3059	-	10405/2020	16/12/2020	480.000,00	8205-8	-	31/12/2021	NÃO, EM EXECUÇÃO (LEITOS DE UTI COVID)
624.080-9	FNS	-	3275	-	10406/2020	16/12/2020	288.000,00	8205-8	-	31/12/2021	NÃO, EM EXECUÇÃO (LEITOS DE UTI COVID)
66264-X	FNS	7291	-	-	10691/2020	21/12/2020	700.005,88	8284-8	700.005,88	21/12/2022	SIM
624.080-9	FES	-	3454	-	10750/2020	28/12/2020	480.000,00	8205-8	-	31/12/2021	NÃO, EM EXECUÇÃO (LEITOS DE UTI COVID)
624.080-9	FNS	-	1666	-	00597/2021	21/01/2021	511.235,40	8302-0	511.235,40	31/12/2021	SIM
624.080-9	FNS	-	1666	-	01161/2021	10/02/2021	133.910,21	15127-0	133.910,21	31/12/2021	RESSARCIMENTO
624.080-9	FNS	-	1666	-	02003/2021	03/03/2021	500.000,00	8348-8	-	31/12/2021	NÃO (INSUMOS)
624.080-9	FNS	-	827	-	02276/2021	29/03/2021 e 14/07/2021	4.486,23	15127-0	4.486,23	31/12/2021	PAGO POR PRODUÇÃO
624.080-9	FNS	-	431	-	02342/2021	22/03/2021	240.000,00	8205-8	-	31/12/2021	NÃO, EM EXECUÇÃO (LEITOS DE UTI COVID)
624.080-9	FNS	-	501	-	02703/2021	31/03/2021	720.000,00	8205-8	-	31/12/2021	NÃO, EM EXECUÇÃO (LEITOS DE UTI COVID)
624.080-9	FNS	-	431	-	02704/2021	31/03/2021	240.000,00	8205-8	-	31/12/2021	NÃO, EM EXECUÇÃO (LEITOS DE UTI COVID)
624.080-9	FNS	-	567	-	02869/2021	12/04/2021	480.000,00	8205-8	-	31/12/2021	NÃO, EM EXECUÇÃO (LEITOS DE UTI COVID)
624.080-9	FNS	-	638	-	03176/2021	26/04/2021	287.232,00	8329-1	-	31/12/2021	NÃO, EM EXECUÇÃO (LEITO DE SUPORTE VENTILATÓRIO COVID)



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Anexo 01

624.080-9	FNS	-	896	-	03873/2021	17/05/2021	430.848,00	8329-1	-	31/12/2021	NÃO, EM EXECUÇÃO (LEITO DE SUPORTE VENTILATÓRIO COVID)
624.080-9	FNS	-	897	-	03874/2021	17/05/2021	1.440.000,00	8205-8	-	31/12/2021	NÃO, EM EXECUÇÃO (LEITOS DE UTI COVID)
69668-4	FES	7461	-	-	03959/2021	20/05/2021	315.000,00	8411-5	-	17/09/2021	NÃO (GASES MEDICINAIS)
624.080-9	FNS	-	839	-	04389/2021	31/05/2021	480.000,00	8205-8	-	31/12/2021	NÃO, EM EXECUÇÃO (LEITOS DE UTI COVID)
624.080-9	FNS	-	1059	-	04454/2021	02/06/2021	1.920.000,00	8205-8	-	31/12/2021	NÃO, EM EXECUÇÃO (LEITOS DE UTI COVID)
70154-8	FES	7511	-	-	04698/2021	15/06/2021	51.208,43	15127-0	51.208,43	31/12/2021	RESSARCIMENTO
624.080-9	FNS	-	1135	-	04887/2021	24/06/2021	718.080,00	8329-1	-	31/12/2021	NÃO, EM EXECUÇÃO (LEITO DE SUPORTE VENTILATÓRIO COVID)
624.080-9	FNS	-	1453	-	05407/2021	12/07/2021	1.920.000,00	8205-8	-	31/12/2021	NÃO, EM EXECUÇÃO (LEITOS DE UTI COVID)
624.080-9	FNS	-	1407	-	05408/2021	12/07/2021	718.080,00	8329-1	-	31/12/2021	NÃO, EM EXECUÇÃO (LEITO DE SUPORTE VENTILATÓRIO COVID)
624.080-9	FES	7511	-	-	05442/2021	14/07/2021	293,77	15127-0	293,77	31/12/2021	RESSARCIMENTO
70154-8	FES	7546	-	-	05459/2021	14/07/2021	50.009,36	15127-0	50.009,36	31/12/2021	RESSARCIMENTO
TOTAL REPASSADO:							24.286.957,22	TOTAL GASTO:	9.763.281,55		



Anexo da Constatação 638249

A partir da análise da documentação apresentada pelo auditado, verificou-se que a SMS Itajubá formalizou os repasses através dos Termos de Contratualização e respectivos Termos Aditivos:

Contrato 070/2015:

- 13º Termo Aditivo nº 070/2015 no valor de R\$ 2.132.239,51 (dois milhões e cento e trinta e dois mil e duzentos e trinta e nove reais e cinquenta e um centavos). Referentes respectivamente às Portarias 480/2020 (R\$ 278.526,06) e 774/2020 (R\$ 1.853.713,45);
- 14º Termo Aditivo nº 070/2015, no valor de R\$ 533.839,60 (quinhentos e trinta e três mil e oitocentos e trinta e nove reais e sessenta centavos). Referente à Portaria 1393/2020;
- 15º Termo Aditivo nº 070/2015 no valor de R\$ 1.322.968,27 (um milhão e trezentos e vinte e dois mil e novecentos e sessenta e oito reais e vinte e sete centavos). Referente à Portaria 1448/2020;
- 16º Termo Aditivo nº 070/2015 no valor de R\$ 2.736.000,00 (dois milhões e setecentos e trinta e seis mil reais). Referente à Portaria 1769/2020;
- 17º Termo Aditivo nº 070/2015 no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Referente à Portaria 1994/2020;
- 18º Termo Aditivo nº 070/2015 no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Referente à Portaria 1666/2020;

Contrato 075/2020:

- 1º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 430.848,00 (quatrocentos e trinta mil e oitocentos e quarenta e oito reais). Referente à Portaria 2643/2020;
- 2º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 430.848,00 (quatrocentos e trinta mil e oitocentos e quarenta e oito reais). Referente à Portaria 2944/2020;
- 3º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 430.848,00 (quatrocentos e trinta mil e oitocentos e quarenta e oito reais). Referente à Portaria 3089/2020;
- 4º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 447.583,48 (quatrocentos e quarenta e sete mil e quinhentos e oitenta e três reais e quarenta e oito centavos). Referente à Portaria 1666/2020;
- 5º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 428.800,00 (quatrocentos e vinte e oito mil e oitocentos reais). Referente à Portaria 1666/2020;
- 6º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais). Referente à Portaria 3059/2020;
- 7º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais). Referente à Portaria 3275/2020;
- 8º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais). Referente à Portaria 3454/2020;
- 9º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 511.235,40 (quinhentos e onze mil e duzentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos). Referente à Portaria 1666/2020;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Anexo da Constatação 638249

10º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 133.910,21 (cento e trinta e três mil e novecentos e dez reais e vinte e um centavos). Referente à Portaria 1666/2020;

11º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Referente à Portaria 1666/2020;

12º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). Referente à Portaria 431/2021;

13º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais). Referente à Portaria 501/2021;

14º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). Referente à Portaria 431/2021;

15º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais). Referente à Portaria 567/2021;

16º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 430.848,00 (quatrocentos e trinta mil e oitocentos e quarenta e oito reais). Não foram feitos pagamentos referentes a este termo aditivo.

17º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 287.232,00 (duzentos e oitenta e sete mil e duzentos e trinta e dois reais). Referente à Portaria 638/2021;

18º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 430.848,00 (quatrocentos e trinta mil e oitocentos e quarenta e oito reais). Referente à Portaria 896/2021;

19º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 1.440.000,00 (um milhão e quatrocentos e quarenta mil reais). Referente à Portaria 897/2021;

20º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais). Referente à Portaria 839/2021;

21º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 1.920.000,00 (um milhão e novecentos e vinte mil reais). Referente à Portaria 1059/2021;

22º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 718.080,00 (setecentos e dezoito mil e oitenta reais). Referente à Portaria 1135/2021;

23º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 1.920.000,00 (um milhão e novecentos e vinte mil reais). Referente à Portaria 1453/2021;

24º Termo Aditivo nº 075/2020 no valor de R\$ 718.080,00 (setecentos e dezoito mil e oitenta reais). Referente à Portaria 1407/2021.

Tais fatos estão de acordo com: Lei 8.666/1993, art. 55, 56 e 57, art.60, Caput e Parágrafo único e seguintes conforme o caso; Portaria nº 3390/2013, art. 32 § 3º; Portaria de Consolidação nº 1/2017, art. 128, 129, 130 §3º; Portaria de Consolidação nº 02/2017 Anexo 2 do Anexo XXIV da (Diretrizes para a contrualização de Hospitais no âmbito do SUS). Lei nº8.080/90 art. 24 Parágrafo Único; Resolução CIT nº04/2012, Anexo I item 4.1 alínea L. Decreto Estadual nº 45.468/2010. Lei Federal nº 13.979 de 06/02/2020. Decreto Federal nº 10.360 de 21.05.2020. Medida provisória nº 961, de 6 de maio de 2020. Emenda Constitucional nº 106 de 06 de maio de 2020; Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo 2 do Anexo XXVI, artigo 14 e com o Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo



Anexo da Constatação 638249

SARS COV-2 (doença pelo COVID-19) da Macrorregião Sul, item V. Sistemas de Apoio- V.1-
Papéis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores
Municipais, inciso V.

